

Tarifa sobe para R\$ 4,95 em Santos

Alta na passagem do ônibus é de 6,45%. Reajuste só não foi maior porque Prefeitura vai ampliar subsídio mensal à concessionária

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

O valor da passagem das linhas municipais de ônibus de Santos subirá de R\$ 4,65 para R\$ 4,95 a partir de domingo. Trata-se de um reajuste de 6,45%. O aumento somente não foi maior porque a Prefeitura decidiu ampliar o subsídio mensal para o transporte coletivo, que passará de R\$ 800 mil para R\$ 1,1 milhão. Segundo a Administração Municipal, sem esse aporte, a tarifa na Cidade seria de R\$ 6,00.

O serviço é feito pela Viação Piracicabana. O contrato firmado com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Santos), com validade até maio de 2023, prevê que a revisão anual do preço da passagem seja feita em janeiro.

A Prefeitura justificou que o novo valor da tarifa levou em consideração a elevação de custos de combustíveis, lubrificantes, peças e acessórios, que teve uma disparada de 32% entre dezembro de 2020 e novembro do ano passado.

No entanto, o fato que mais pesou para a atualização do preço foi a redução do número de passageiros pagantes, que vem caindo gradualmente desde 2016.

Para efeitos de comparação, entre dezembro de 2015 e novembro de 2016, o total de usuários era de 3 milhões/mês, contra 1,241 milhão/mês verificado entre dezembro de 2020 e novembro do ano passado.

CENÁRIO COMUM

De acordo com o superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Luiz Néspoli, várias prefeituras do País passaram a subsidiar o transporte coletivo nos últimos dois anos para evitar



Segundo a Administração Municipal, sem aporte mensal da Prefeitura, a tarifa na Cidade subiria para R\$ 6,00. Prestação do serviço de transporte é feito pela Viação Piracicabana

um colapso no setor.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), 122 cidades repassam dinheiro a empresas de ônibus para ajudar a financiar tarifas.

Néspoli explicou que o modelo de custeio desse serviço é a causa da crise do setor, pois, na maioria dos municípios, ele é bancado pelos passageiros pagantes, ou seja, eles ajudam a subsidiar os que têm isenção.

O diretor administrativo e institucional da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Marcos Bicalho dos Santos, afirmou

que o setor vem perdendo passageiros desde 2014, devido à crise econômica do País e à concorrência de novas modalidades de transporte individual de passageiros que surgiram.

A pandemia de covid-19 agravou ainda mais a situação. A média nacional aponta uma perda de 30% da demanda em relação a 2019. Para piorar, o óleo diesel subiu 65% no ano passado. Esse item representa 27% do custo total das empresas desse segmento. "Santos está no caminho certo ao assumir uma parcela do custo do transporte público", afirmou.

Projetos podem congelar tarifas

■ Para estancar o aumento da tarifa dos ônibus, há alguns projetos de lei (PLs) em tramitação no Congresso Nacional para ajudar, de forma imediata, no custeio das passagens.

Um deles foi aprovado pelo Senado, na tarde de ontem: o PL 4392/2021, de autoria dos senadores Nelson Trad (PSD-MS) e Alexandre Giordano (MDB-SP), que cria o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em

Áreas Urbanas.

A proposta, que agora será analisada pela Câmara, prevê que o Governo Federal faça o repasse de R\$ 5 bilhões anuais, por um período de três anos, para cobrir as viagens daqueles que têm 65 ou mais anos.

O PL define que estados e municípios terão de criar um fundo para receber essas verbas, que serão distribuídas de maneira proporcional à população residente com mais de 65 anos.

Na Câmara Federal, está em tramitação outra matéria que pode beneficiar o setor. Trata-se do PL 4.489/2021, apresentado pelo deputado Elias Vaz (PSB-GO), em dezembro do ano passado.

A matéria prevê a criação de um vale-transporte social, que será destinado a cidadãos desempregados e que fazem parte do Cadastro Único para Programas Sociais, do Governo Federal.



Dia a Dia

Rafael Motta e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Fim do mandato do prefeito de Santos no Condesb

O prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB), pode deixar a presidência do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (Condesb) nos próximos dias. Eleito por unanimidade, em janeiro de 2021, para o período de um ano, Rogério afirma que já cumpriu a sua parte e não ficará à frente do Condesb por mais um mandato. A presidência dele foi marcada por uma grande união dos prefeitos da região para discutir medidas da pandemia, algo que nem sempre se vê em outras áreas. "Conversei com o governador (João Doria, PSDB) e falei que cumprimos uma etapa importante no Condesb. A gente entrega o selo de turismo metropolitano, o início do Plano Regional de Mobilidade Sustentável e também a nova sede da Agem (Agência Metropolitana da Baixada Santista), que passou da Cadeia Velha para a Prodesan. Não continuarei na presidência do Condesb, não tenho interesse em continuar, é importante que outro assumo", enfatiza o prefeito santista.

Número da dúvida

Embora pareça certo da sua decisão, o prefeito de Santos terá um número cabalístico pela frente. A eleição do Condesb está marcada para 22/2/22, em reunião por videoconferência. E o número 2 representa a dúvida na numerologia, diz o próprio Rogério. Prefeitos ouvidos pela coluna esperam que ele reveja a decisão e fique. A vice-presidência cabe ao Estado e hoje é ocupada por Paula Covas, diretora regional da Saúde.

Muito a discutir

Rogério Santos diz que os próximos 12 meses serão de temas importantes para o Condesb. Um deles é a apresentação, por parte do Governo do Estado, de um plano de expansão ferroviária para a Baixada Santista, interligado com São Paulo. "O próximo presidente precisa manter a união entre os prefeitos e fazer um movimento para a continuidade dos projetos".

Saúde com agente

A Prefeitura de Santos confirmou a inscrição dos agentes comunitários de saúde e de endemias no Programa Saúde com Agente. Trata-se de um curso de capacitação técnica realizado e custeado pelo Governo Federal. Até o último dia 10, a Prefeitura não havia feito a inscrição no Programa e foi cobrada pelo vereador Ademir Pestana (PSDB).

Faltam psicólogos

Preocupado com a grande demanda por atendimento psicológico na rede pública de Santos, influenciada pela pandemia, o vereador Zequinha Teixeira (PP) questionou a Prefeitura sobre novas contratações. A Secretária de Saúde informou que possui 64 psicólogos e que seriam necessários mais 28 para compor o quadro. Dez estão em fase de contratação.



MATHEUSTAGÉ - 17/2/22

Ônibus no Legislativo

O veto do prefeito Rogério Santos (PSDB) ao projeto que daria gratuidade às pessoas acima de 60 anos nos ônibus de Santos será votado hoje na Câmara e deve ser acatado pelos vereadores. A justificativa para o veto seria financeira: com menos pagantes, a passagem iria aumentar (hoje só é grátis acima de 65). A tarifa, porém, terá alta de qualquer jeito, de R\$ 4,65 para R\$ 4,95, a partir de domingo (leia na página A-3).

Vereadores criticam

É difícil encontrar algum vereador que não critique o transporte coletivo em Santos. As sessões na Casa acumulam reclamações dos parlamentares – que são cobrados pelos seus eleitores. O presidente da Câmara, vereador Adilson Júnior (PP, foto), confirma esse sentimento. "Nos espanta (o aumento da passagem)".

Melhor serviço

Entre as críticas que chegam na Câmara estão a falta de ônibus, de acessibilidade (elevadores quebrados) e itinerários ruins. "A Câmara vem cobrando. A Comissão de Transportes deve convidar o presidente da CET-Santos e convocar o presidente da empresa (Piracicabana) para que essas coisas possam ser resolvidas", diz Adilson. A empresa não se manifestou.



CONTRA PUNTO

Por Carlos Ratton e colaboradores



REPRODUÇÃO/FACEBOOK

Conselheiro negacionista. Santos e suas particularidades. Já está sendo questionada, nas redes sociais, a atitude de um conselheiro tutelar que é contra a vacinação de crianças. Em seu perfil, o rapaz, que tem como referência a deputada bolsonarista Carla Zambelli, tece absurdos como “as substâncias criadas contra Covid são experimentos. Submeter incapazes é uma afronta a dignidade humana. A liberdade de escolha deve prevalecer e cobaias sejam livres para servir como estatística do insucesso da manobra política”.

ECA. O mais triste dessa questão é que o ‘informado’ conselheiro não sabe que a vacinação se encontra disposta no artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina no 1º parágrafo como “obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias”.

Tá osso. Para muitos internautas, o mais triste de tudo é que além de desconhecer a lei que protege as crianças, o conselheiro ainda é vacinado. Ou seja: faça o que eu falo, mas não faça o que eu faço.

Telma repercute. A ex-prefeita e atual vereadora santista Telma de Souza (PT- foto) repercutiu em seu perfil a reportagem do Diário do Litoral, da última segunda-feira (14), sobre Santos não estar combatendo a Transfobia como deveria. “Isso é muito preocupante e mostra o quanto sociedade precisa avançar e o Poder Público agir para combater o preconceito e a discriminação. O Diário do Litoral traz uma matéria importante sobre a questão”.

Vai agir. A parlamentar santista informa que apresentou proposta para a criação do Ambulatório de Saúde Integral da População de Travestis e Transexuais, iniciativa semelhante a que foi feita em Diadema, governada pelo PT. “E agendei (14 de março) uma audiência pública para debater esse equipamento e ações para a garantia de direitos para a população trans por saúde, cidadania e contra a discriminação e o preconceito”.

Danilo no Solidariedade. Após anunciar a disputa ao cargo de deputado federal, Danilo Morgado formalizou ingresso ao Solidariedade. De acordo com Morgado, o novo partido vem dando apoio e liberdade para construir uma candidatura sem qualquer tipo de interferência. Em 2020, ele lançou candidatura ao cargo de prefeito de Praia Grande pelo Partido Social Liberal (PSL) em que obteve no segundo turno 65.780 votos (46,48%).



SANTOS. Prefeitura, no entanto, adotou o subsídio para o transporte, a fim de evitar que o usuário arcasse com o reajuste integral

Ônibus fica mais caro a partir deste domingo

» A Prefeitura de Santos ampliou os recursos destinados ao subsídio do transporte público dos atuais R\$ 800 mil para R\$ 1,1 milhão para reduzir o impacto do reajuste contratual da tarifa, que passará de R\$ 4,65 para R\$ 4,95, a partir deste domingo (20). O valor da passagem estava sem correção, para o usuário, desde janeiro de 2020.

O reajuste ao passageiro equivale a 6,4%, inferior à inflação do período pelo IPCA, que foi de 15,03%. Vale destacar que a atualização da tarifa está prevista no contrato de permissão com a Viação Piracicabana, empresa que opera o serviço na Cidade. Sem o aporte da Prefeitura, o valor total

Entre dezembro de 2019 e novembro de 2020 e de dezembro de 2020 a novembro de 2021, a redução foi de de 1.332.162 passageiros/mês para 1.241.414

a ser pago pelo passageiro seria de R\$ 6,00.

A definição desse valor considerou, entre outros fatores, a elevação de custos de combustível, lubrificantes, peças e acessórios (32%) no período (dezembro de 2020 a

novembro de 2021). Contudo, o maior impacto na atualização da tarifa está relacionado diretamente à redução do número de passageiros pagantes transportados.

A diminuição de usuários do transporte vem desde 2016 com a disponibilidade de novos modais, sendo agravada com a pandemia. A redução de pagantes no sistema entre 2016 e 2021 foi de 59,4%, caindo de 3 milhões de usuários/mês para 1,2 milhão/mês. Entre dezembro de 2019 e novembro de 2020 e de dezembro de 2020 a novembro de 2021, a redução foi de 6,8% (de 1.332.162 passageiros/mês para 1.241.414), demonstrando que ainda não houve interrupção da tendência de queda.



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

A tarifa passará de R\$ 4,65 para R\$ 4,95 a partir deste penúltimo domingo (20) de fevereiro

SUBSÍDIO.

Em agosto do ano passado, a Prefeitura adotou o subsídio para o transporte municipal, a fim de evitar que o usuário arcasse com o ônus do reajuste integral da passagem, num momento de crise financeira desencadeada pela pandemia de covid-19. O aporte público para custeio da tarifa de transporte é um mecanismo previsto em lei, desde 2015, e utilizado por várias cidades

do País.

O custeio do transporte público, mediante a altos insumos, tem impactado as finanças dos municípios. Para reduzir o impacto e manter a tarifa acessível, está na pauta desta quarta-feira (16/2) do Senado Federal o projeto de Lei 4.392/21 que institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI).

O PNAMI repassaria recursos do Orçamento da União a estados, Distrito Federal e municípios, garantindo a gratuidade para os maiores de 65 anos, prevista na Constituição. Com isso, seria possível assegurar uma tarifa menor para os demais usuários do serviço de transporte público mantendo, ao mesmo tempo, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. **(DL)**